


Bernardino Machado		<p><b>1914</b></p> <p><i>Essa grande guerra, essa guerra espantosa, será a última das guerras europeias</i> (João Chagas)</p> <p><i>Ofereceu pastas a toda a gente a dos negócios estrangeiros a meio mundo, prometeu tudo a todos e a todos enganou</i> (João Chagas sobre Bernardino Machado)</p> <p><i>Senhor Presidente, apesar de sermos ambos livres-pensadores, permita-me V. Ex esta expressão: Deus salve a República!</i> (Machado Santos, dirigindo-se a Arriaga)</p>
	<p><b>Da frustrada bernardização à Guerra</b></p>	

● **Integralismo e últimas Farpas** – No ano do começo da Grande Guerra, aquela que muitos consideram a última das guerras, o Marquês della Chiesa (1854-1922), arcebispo de Bolonha desde 1903, é eleito papa sob o nome de Bento XV. Em Abril, é lançada a *Nação Portuguesa*, uma dita *Revista de Filosofia Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano, em nome da ideia de *revolução na permanência* e um dos seus colaboradores, José Pequito Rebelo edita um folheto com o título *Pela Dedução à Monarquia*, onde, num extremismo positivista, invoca um dito de Charles Maurras, segundo o qual *a necessidade da monarquia demonstra-se como um teorema*. Em Setembro desse mesmo ano, Ramalho Ortigão, que escreve nesse ano *As Últimas Farpas (1911-1914)*, torna-se simpatizante do movimento. Campos Lima, um teórico anarco-sindicalista falha o concurso para a Faculdade de Ciências Sociais e Direito de Lisboa, com a dissertação *O Estado e a Evolução do Direito*, tal como se frustra o concurso do integralista Hipólito Raposo à Faculdade de Letras, com *Sentido do Humanismo*. Entretanto, António Sérgio, em *A Águia*, publica *Educação Cívica* e são também coligidas as aulas proferidas em Coimbra por Alberto da Cunha Rocha Saraiva, em *Lições de Direito Político*, enquanto em 7 de Abril surge o *semanário monárquico* dirigido artisticamente por Almada Negreiros, dito *Papagaio Real*.

● Durante o governo de Afonso Costa, começa a **greve dos ferroviários**, com sabotagens (15 de Janeiro). Dura até ao dia 23 e envolve cerca de sete mil trabalhadores. Encerramento do sindicato ferroviários e incidentes no Rossio, com mortos e feridos. Lisboa chega a estar isolada da província. Tumultos em Monção (Fevereiro de 1914).

● **Corrupção** – O senador João de Freitas ataca pessoalmente Afonso Costa, acusando-o de favorecimentos a antigos clientes do

escritório. Democráticos, em protesto, saem da sala (9 de Janeiro).

● Um dos dois deputados **socialistas** das eleições suplementares de 1913 passa para os democráticos. Os independentes, que eram 19, passam 11 (9 de Janeiro).

● **Manuel de Arriaga** apresenta, em 24 de Janeiro, aos três principais partidos uma *carta programa*. Ainda tenta a criação de um governo extra-partidário, mas depara com a recusa de Afonso Costa para essa proposta de tréguas, que incluía uma lei de amnistia e a

revisão da Lei da Separação, para posterior convocação de eleições gerais depois da necessária acalmção. Recebe apoio dos unionistas (em 31 de Janeiro) e dos evolucionistas (em 1 de Fevereiro), bem como a natural oposição de Afonso Costa (4 de Fevereiro).

● **O preconceito da ordem** – Arriaga, *chamado aos oitenta anos a ser árbitro de conflitos humanos, o humanitarista de 48, o paladino da paz universal, o autor de "Harmonias Sociais"! O que vai ele fazer? O que fazem todos os portugueses em presença de conflitos – pedir ordem. A palavra ordem é a expressão máxima da sisudez nacional. Mas em Portugal só há ordem e paz quando não se levantam conflitos de ideias. Quando estes surgem, tudo grita e ninguém se entende* (João Chagas)

● **Governo pede a demissão** em carta datada de 25 de Janeiro, apesar de, no dia 26, solicitar uma moção de confiança ao Congresso, que é aprovada por 114-93. Protesto dos deputados e senadores da oposição que abandonam a sala.

● **Manif dos prós e contras** – Na noite de 26 de Janeiro, Afonso Costa promove cortejo de apoio aos democráticos, com o tradicional *vivório e foguetório*, onde não faltam filarmónicas e um balão à veneziana; a manifestação é dispersa por oposicionistas, havendo inúmeras cenas de pugilato no Rossio. Bandos de *formigas pretas* chegam a cercar o jornal *O Mundo*, seguindo-se manifestação oposicionista nocturna, do Largo de Camões para Belém, organizada por Machado Santos, Júlio Martins, Carlos da Maia e Rocha Martins, onde se exige, para além da queda de Afonso Costa, amnistia para todos os presos políticos e reabertura das associações sindicais encerradas. Entram na manifestação sindicalistas armados de archotes, a partir da Avenida 24 de Julho. Almeida e Camacho recusam participar e os comerciantes de Lisboa não fecham as portas.

● **Governo nº 61** (9 de Fevereiro) **Bernardino Machado** (306 dias). Durante cerca de dez meses sobe ao poder um gabinete presidido por um antigo ministro da monarquia, com três ministros democráticos, sendo os restantes independentes. Novo chefe do governo fala na necessidade do *congreçamento da família portuguesa* e diz

não ao *sectarismo*, pelo que tenta novamente chamar para o governo os republicanos históricos do Porto, convidando Basílio Teles, Alves da Veiga, Guerra Junqueiro e Paulo Falcão, mas todos recusam.



● **Bernardino Luís Machado Guimarães** na presidência e no interior. Nos estrangeiros, desde 23 de Maio de 1914, o coronel de engenharia Alfredo Augusto Freire de Andrade (1859-

1929), antigo colaborador de António Enes em Moçambique e governador da província de 1906 a 1910. Na justiça, até 23 de Junho, o democrático e republicano histórico Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (1879-1952), governador civil de Braga depois de 1910 (desde 23 de Junho, Bernardino Machado; a partir de 23 de Julho, Eduardo Augusto de Sousa Monteiro). Nas finanças, o professor da Politécnica, fiscalista e republicano histórico, vereador da Câmara de Lisboa em 1908, Tomás António da Guarda Cabreira (1865-1918) (desde 23 de Junho de 1914: António dos Santos Lucas<sup>2</sup>). No fomento, o advogado Aquiles Gonçalves Fernandes (desde 23 de Junho de 1914, João Maria de Almeida Lima (1859-1930)). Na guerra, António Júlio da Costa Pereira de Eça (1852-1917), general e director do Arsenal do Exército, não filiado partidariamente. Na marinha, o independente Augusto Eduardo Neuparth (1859-1925), almirante, célebre por ter criado a farolagem). Nas colónias, Alfredo Augusto Lisboa de Lima, professor da Escola Politécnica, também não filiado partidariamente. Na instrução pública, o também independente José de Matos Sobral Cid, professor de medicina.

● **Prometendo tudo a todos** – Bernardino Machado pertence a uma geração de *homens extraordinários, de homens que construíram ao lado da vida uma vida abstracta – e só vivem para essa coisa imaginária e tremenda feita de teias de aranha* (Raúl Brandão). Segundo Guerra Junqueiro, não era de ferro, mas de borracha, *pode passar-lhe um cilindro de estrada por cima que ele levanta-se logo, todo lépido, a tirar o chapéu*, mas este que era *o homem mais delicado de*

Portugal, afinal *vai ser um lírio que dará cicuta*. Com efeito, Bernardino estava talhado para ser o presidente simbólico de um regime estabilizado, onde o poder moderador pudesse ser apenas um mero poder simbólico, capaz de simples influência numa balança de poderes incontestada. Ele apenas era o *calmante* republicano e jamais o chefe de um governo que vai ser de *mobilização para a guerra*

● **Evolucionistas e unionistas a caminho da fusão** – 62 parlamentares evolucionistas e unionistas assinam documento onde se propõe a fusão dos dois partidos. Camacho concorda, Almeida impõe condições (16 de Fevereiro).

● **Afonso Costa** assume o exercício efectivo das funções de professor e director da Faculdade de Direito e Estudos Sociais de Lisboa (2 de Março). Muito hipocritamente, desafia António José de Almeida para duelo, sabendo que este o não aceitaria, por ser defensor do modelo dos tribunais de honra (20 de Junho).

● **Faculdade de Direito** – Concurso para assistentes da Faculdade de Estudos Sociais e Direito (20 de Junho). Admitido Martinho Nobre de Melo, maçom e futuro ministro sidonista e do 28 de Maio, que vence concorrentes como o anarco-sindicalista João Evangelista Campos Lima, o então evolucionista Alfredo Pimenta, ex-anarquista de 1907 e futuro ortodoxo monárquico a partir de 1915, para acabar ferrenho salazarista, defensor de nazis, depois de 1945, e o ortodoxo afonsista António Macieira.

● **Anarco-sindicalistas** – Criada a *União Operária Nacional* em Tomar (14 a 17 de Março). Sai o primeiro número de *O Despertar*, dito *mensário das juventudes sindicalistas* (7 de Abril). Na sede destas reúnem-se vários militantes sindicalistas, ouvindo conferências doutrinárias sobre o anarco-sindicalismo. Entre os conferencistas, o professor Aurélio Quintanilha, adversário da intervenção de Portugal na guerra.

● **Interrompido comício católico** na igreja de S. João de Almedina em Coimbra. Estão presentes Salazar e Cerejeira (22 de Março). No dia 24 desloca-se a Lisboa comissão desses militantes para inteirar o governo dos distúrbios. Bernardino Machado toma a salomónica decisão de, em nome da *paz*

*académica*, mandar encerrar todos os centros académicos. Congresso no Porto das Associações da Juventude Católica, donde surge a Federação das Juventudes Católicas. Ainda preside o conde de Samodães (de 2 até ao dia 4). Salazar discursa: *A Democracia e a Igreja*. Tentativa de assalto ao congresso no dia 4.



● **Integralismo Lusitano** – Surge o primeiro número da revista *Nação Portuguesa*, órgão do nascente movimento monárquico Integralismo Lusitano, dirigida por Alberto Monsaraz (8 de Abril). Com onze números até 1916, a publicação é retomada a partir de 1922.

● Defendem a ideia de *revolução na permanência* e invocam a necessidade de constituição de uma *biblioteca essencial*, para se recuperar o nosso pensamento contra-revolucionário, onde se salientam os nomes do marquês de Penalva, visconde de Santarém, José Acúrcio das Neves e Frei Fortunato de São Boaventura. Reinterpretam os percursos de Alexandre Herculano, Henrique da Gama Barros, Henriques Nogueira, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Silva Cordeiro e Alberto de Sampaio. Entre os estrangeiros, são frequentemente citados Renan, Taine, Gustave Le Bon, Maurras, George Valois, Comte, Édouard Berth, Ortega y Gasset, Jacques Maritain e George Sorel, sempre em nome de *l'homme qui vient*, conforme as palavras deste último.

● Entre os principais colaboradores: António Sardinha (monárquico desde 1912), Luís de Almeida Braga, José Adriano Pequito Rebelo, Adriano Xavier Cordeiro, Amadeu de Vasconcelos, Domingos de Gusmão Araújo, Francisco Vieira de Almeida, Hipólito Raposo, João do Amaral e Simeão Pinto de Mesquita. Parte deles vem da extrema-esquerda republicana, da geração da greve académica de 1907 e, se mudam de opção política, permanecem ancorados no

mesmo subsolo filosófico, extremadamente positivista.

•Para a segunda série, entre 1922 e 1928, é mobilizada uma nova geração com Manuel Múrias, Afonso Lopes Vieira, Carlos Malheiro Dias, Ivo Cruz, J. Lúcio de Azevedo, Pedro Teotónio Pereira, Marcello Caetano, Nuno de Montemor, Rodrigues Cavalheiro e Francisco Rolão Preto.



•**Maçonaria.** Dá-se nova dissidência maçónica, com a recriação do Grémio Luso-Escocês (Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite), tendo como dirigente máximo Luís Augusto Ferreira de Castro (1914-1926), com o título de Soberano Grande Comendador. Bernardino Machado acompanha a cisão, como soberano-grande comendador honorário. A maioria dos Grandes Inspectores de tal Supremo Conselho, que estava integrado no Grande Oriente Lusitano Unido desde 1869, entrou em conflito com o Conselho da Ordem e destacou-se do mesmo, à excepção de José Pinheiro de Melo, António Joaquim Ribeiro e Sebastião de Magalhães Lima. A dissidência instala-se em 28 de Agosto no Ateneu Comercial de Lisboa e, a partir de Setembro, na Rua da Atalaia, onde funcionava a *Loja Liberdade*. Só a partir de 1923 é que as duas variantes maçónica retomam as negociações para um reencontro, assinando-se acordo de princípio em 1925. Apesar de maioria dos membros da dissidência regressar ao Grande Oriente, Ferreira de Castro manteve, com um pequeno grupo, a autonomia até à data da respectiva morte em 8 de Setembro de 1931.

•Decreto sobre a central hidro-eléctrica das **Portas do Ródão** (28 de Março). O diploma vai levar à queda do governo, sendo

revogado em 24 de Junho. Neste dia, Afonso Costa é homenageado no Porto.

•**Tumultos** na Idanha e na Azambuja. Conflitos estudantis em Coimbra, com a prisão de cerca de duas centenas de estudantes (30 de Junho). Greve dos operários das moagens por falta de importação de trigo (30 de Junho). Assaltos a armazéns de víveres no Porto (18 de Setembro). Intervenção das forças policiais. Greve dos tecelões no Porto. Assaltos a armazéns de víveres em Almada.

•São marcadas **eleições** em Portugal para o dia 1 de Novembro (31 de Julho).

•**Grande Guerra** – Em Junho de 1914 demitem-se os três ministros democráticos, acusados de corrupção, poucos dias antes do atentado de Serajevo (28 de Junho) que vai dar origem à Grande Guerra. Como resposta, reúne-se extraordinariamente o Congresso da República em 7 de Agosto, num ambiente dito de *concordia* e de *dignidade*. Bernardino Machado lê relatório sobre a posição de Portugal, onde é proclamada a fidelidade à aliança luso-britânica, postura que, então, recebe aplauso unânime (7 de Agosto). Aprovam-se medidas extraordinárias de intervenção do Estado face às circunstâncias, principalmente quanto à então chamada *questão das subsistências*. Isto é, os democráticos, apesar de não terem representantes no gabinete, continuam a dar-lhe apoio expresso e fazem-no logo em 30 de Junho, não por causa da guerra, mas tendo em vista a conclusão da nova lei eleitoral e a marcação de eleições.

•**As eleições são adiadas sine die**, atendendo a que *persistem ainda os motivos de ordem internacional que aconselharam os partidos republicanos à patriótica suspensão das questões políticas internas* (19 de Setembro). Lei nº 275 permite ao governo actuar sem peias parlamentares, face ao estado de guerra (8 de Agosto): concede-se ao poder executivo *as faculdades necessárias para, na actual conjuntura, garantir a ordem em todo o país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro*. É ao abrigo deste diploma que se exercerá a *ditadura* de Pimenta de Castro. A lei é prorrogada pela Lei nº 292 de 29 de Janeiro de 1915 e renovada pela lei de 5 de Junho de 1915.

● **Intervencionismo** – Partem para África as primeiras expedições militares (11 de Setembro). Entre os defensores do intervencionismo está João Chagas, nosso representante em Paris. Teixeira Gomes, em Londres, é mais moderado. Já Brito Camacho é contra a intervenção no teatro europeu do conflito, defendendo apenas uma intervenção em África. Esta é também a posição dos monárquicos, expressa através de Aires de Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel II.

● **Ramalho integralista** – Publicada a *Carta de um Velho a um Novo*, de Ramalho Ortigão, a João Amaral<sup>2</sup>, onde o velho escritor apoia o jovem movimento integralista (7 de Setembro).



● **Nova revolta**

**monárquica** Dá-se nova sublevação monárquica, a *segunda outubrada*, a partir de Mafra, liderada por Rodrigues Nogueira (20 de Outubro). Os conspiradores, quando se dirigem a Torres Vedras, são derrotados em S. Pedro da Caldeira pelas tropas governamentais comandadas pelo capitão Álvaro Poppe. Há também incidentes em Bragança e assaltam-se vários jornais monárquicos em Lisboa (*Jornal da Noite*, *Restauração* e *Talassa*), bem como ao jornal crítico independente, *Ridículos*. Na sequência, cria-se em 22 de Outubro um tribunal militar especial para julgamento dos conspiradores monárquicos.

● **A procura de um governo de concentração** – O rei exilado chega a sugerir aos monárquicos para colaborarem com a República no esforço de guerra e alguns jornais monárquicos, como a *Nação*, falam mesmo na necessidade de um governo de *concentração nacional*.

Congresso autoriza a entrada de Portugal na Guerra (23 de Novembro). Perante as circunstâncias, o governo de Bernardino Machado pede a demissão em 5 de Dezembro, três dias depois da reabertura parlamentar, reconhecendo, pouco tempo depois, que havia *uma crise* profunda porque



*a formação dos partidos dentro da República foi prematura*. Aliás, o gabinete, na fase final, apenas tem a defendê-lo António José de Almeida e Machado Santos.

● **Congelamento das rendas de casa** dos prédios urbanos pelo Decreto nº 1 079 (21 de Novembro). O modelo vai criar um regime que se mantém, mais ou menos, incólume até ao século XXI.

● **Sinais de oposição ao governo** dentro dos próprios democráticos e dos unionistas. Entre os primeiros, salientem-se as intervenções de Jaime Cortesão<sup>2</sup>, a partir do jornal *O Norte*, a criticar os afonsistas. Entre os segundos, os artigos de José Jacinto Nunes em *A Luta* contra Brito Camacho. Defendem o governo, *A República*, de António José de Almeida, e *O Intransigente*, de Machado Santos

● **António José de Almeida recusa governo de concentração** – Afonso Costa diz que a união é impossível por causa das guerras pessoais. Almeida considera que a questão tem a ver com princípios, nomeadamente com divergências face à Lei da Separação. Brito Camacho está contra o governo de concentração e até contra a hipótese de governo extra-partidário, defendendo um governo de base parlamentar demoevolucionista ou demo-unionista. Mas põe obstáculos até à concretização deste último (5 de Dezembro).

● **Governo nº 62** (12 de Dezembro) de **Vítor Hugo Azevedo Coutinho** (44 dias). Arriaga convida Braamcamp Freire, Magalhães Lima e Machado Santos para formarem governo. Todos recusam. Também se torna impossível uma solução de concentração, então repudiada por António José de Almeida.

● A crise vai ser resolvida com a chamada do presidente do Senado, com um gabinete quase totalmente democrático, à excepção de um ministro. Cinco dias depois já os deputados e senadores unionistas e Machado Santos renunciam aos mandatos. Os oposicionistas logo chamam ao gabinete *os miseráveis de Vítor Hugo* e a *adega do Alexandre* (Alexandre Braga, o novo ministro do interior, a quem Fernando Pessoa chama *aborto de um imaginativo conservado em alcóol*).

● **Presidência e marinha**, Vítor Hugo Azevedo Coutinho. No



interior, Alexandre Braga. Na justiça, José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães. Finanças, Álvaro de Castro. Na guerra, Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro. Nos estrangeiros, Augusto Luís Vieira Soares (1873-1954). No fomento, Eduardo Alberto Lima Basto<sup>2</sup> (1875-1942), professor em Coimbra, em 1902, passa para o Instituto Superior de Agricultura de Lisboa em 1906, sendo professor na Escola Superior Colonial até 1942 e maçom desde 1908, desde sempre militante dos democráticos, ligado a Afonso Costa. Nas colónias, Alfredo Rodrigues Gaspar. Na instrução Pública, Frederico António Ferreira de Simas.

● **Combate de Naulila**, com derrota dos portugueses (18 de Dezembro).

☞ Caetano, Marcello (1961): 30, 32; Chagas, João (1958, I): 51, 53, 55, 93; (1958, II): 223, 224; (*Diário*, I): 152; Costa, Afonso (*Discursos...*): 46; Cruz, Manuel Braga da: 256, 257; Ferrão, Almeida: 108, 110; Ferreira, David (I): 113, 117, 123, 126, 133, 136, 138 ss.; 140, 143, 146, 160, 165, 173; Gouveia, Rosa: 22, 23, 24; Lopes, Fernando Farelo (1994): 50; Marques, Oliveira, (1991, XI): 265, 293; Moncada, Luís Cabral de (1992): 107, 113, 114; Nogueira, Franco (I): 107, 108; Pabón, Jesus: 33, 177, 178, 179, 181, 182, 216; Pereira, José Pacheco: 83, 84; Peres, Damião (1954, *Suplemento*): 21, 25, 29, 31, 32, 35, 37, 42, 45, 51, 59, 60, 62, 66, 75, 76; Pessoa, Fernando (1978): 183; Ramos, Rui: 473, 474; Rodrigues, Edgar: 155 ss., 160; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 138 ss.; Teixeira, Nuno Severiano (1996); Vieira, Alexandre: 71, 77, 83, 89, 90.